

PLANO DE TRABALHO

FIELD PROJECT	IAMOOT: TRÁFICO DE PESSOAS E DIREITOS HUMANOS						
AUTORIA	LEANDRO LÉO REBELO				DISCENTES Nº MÁX.	10	
SUPERVISÃO	LEANDRO LÉO REBELO				DISCENTES Nº MÍN.	6	
REQUISITOS	Aberto para todo o corpo discente						
PÚBLICO-ALVO	Academia de Direito Internacional de Direitos Humanos, notadamente a Washington College of Law vinculada à American University/Washington, D.C.						
CÓDIGO	GRDDIR003 / GRDDIR037 / GRDDIR039 / GRDDIR041	PERÍODO	2025.1	NATUREZA	PRÁTICA	CARGA HORÁRIA	60h

EMENTA	Tráfico de pessoas. Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Sistema Europeu de Direitos Humanos. Sistema Africano de Direitos Humanos. Organismos de tratado da Organização das Nações Unidas. Decisões de altas cortes nacionais (ex.: Brasil, África do Sul, Colômbia, cortes da UE). Declarações de princípios e instrumentos de soft law.						
PROBLEMA	Mapear normativas nacionais e internacionais a respeito do tráfico de pessoas. Que padrões de diligência foram desenvolvidos por organismos internacionais aos Estados, no combate do tráfico de pessoas? Em jurisdições nacionais, que direcionamentos existem acerca das políticas públicas que devem ser empreendidas? Existem padrões consistentes sobre a atuação das forças policiais?						
PRODUTO	Ao longo do Field Project, os resultados serão incorporados aos produtos desenvolvidos pela equipe participante do IAMoot (memorial escrito e apresentação oral). Após a conclusão da competição, os resultados do Field Project darão origem a um relatório próprio.						
OBJETIVO	O objetivo do Field Project é, em primeiro lugar, expor as pessoas participantes à dinâmica de pesquisas das competições internacionais de que a Escola participa. A partir do tema divulgado para o IAMoot 2025 – Tráfico de Pessoas e Direitos Humanos –, alunos de todos os períodos são convidados a realizar pesquisas similares às empreendidas pela Equipe selecionada ao Moot. Assim, os métodos de pesquisa adequados em instituições internacionais serão repassados às pessoas participantes, e os resultados produzidos podem subsidiar a Equipe em sua participação na competição.						
METODOLOGIA	Inicialmente, as melhores fontes e estratégias de pesquisa serão apresentadas às pessoas participantes. A partir daí, os alunos serão divididos em grupos, com o objetivo de produzir relatórios parciais, que darão origem a um relatório final. O produto será divulgado às demais instituições participantes da competição.						
HABILIDADE Exigência MEC RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018	<input checked="" type="checkbox"/>	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.					
		Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.					
		Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.					
	<input checked="" type="checkbox"/>	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.					
		Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.					
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.					
	<input checked="" type="checkbox"/>	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.					
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.					
	<input checked="" type="checkbox"/>	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.					
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.					
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.					
	<input checked="" type="checkbox"/>	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.					
		Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.					
<input checked="" type="checkbox"/>	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.						
	Outras:						
PROGRAMA GERAL (cronograma dos encontros semanais presenciais (em média 15))							
ATIVIDADE	TEMA						
1	Apresentação						
2	Discussão de métodos de pesquisa						
3	Divisão em grupos e designação dos assuntos de pesquisa						
4	Discussão dos resultados de pesquisa						

5	Discussão dos resultados de pesquisa
6	Apresentação de uma primeira consolidação dos resultados
7	Nova designação de objetos de pesquisa
8	Discussão dos resultados de pesquisa
9	Discussão dos resultados de pesquisa
10	Discussão dos resultados de pesquisa
11	Apresentação e debate dos resultados
12	Apresentação e debate dos resultados
13	Últimos apontamentos sobre o relatório
14	Finalização do relatório
15	Apresentação de uma primeira consolidação dos resultados
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	A avaliação se baseará no empenho na confecção do relatório e na consecução das tarefas atribuídas. Conceitos: A (ótimo); B (bom); C (suficiente) e D (insuficiente).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e Justiça Internacional: Um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. 8ª Edição, Editora Saraiva, 2019. COMISSÃO DE DIREITO INTERNACIONAL. Projeto de Artigos sobre Responsabilidade dos Estados por Atos Internacionalmente Ilícitos, 53ª Sessão da CDI, 2ª Leitura, 2001. BURGOGUE-LARSEN, Lawrence; DE TORRES, Amaya Úbeda. The Inter-American Court of Human Rights: Case-Law and Commentary. 1ª Edição, OUP UK, 2011.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	ENGSTROM, Par; HILLEBRECHT, Courtney. The Inter-American Human Rights System: The Law and Politics of Institutional Change. 1ª Edição, Routledge, 2020. NOLTE, G. From Dionisio Anzilotti to Roberto Ago: The Classical International Law of State Responsibility and the Traditional Primacy of a Bilateral Conception of Inter-State Relations. European Journal of International Law 13, no. 5 : 1083–98. https://doi.org/10.1093/ejil/13.5.1083 . SCHACHTER, Oscar; RAGAZZI, Maurizio (eds.). International Responsibility Today: Essays in Memory of Oscar Schachter. Leiden; Boston: Brill, 2005. STEINER, Henry J.; ALSTON, Philip; GOODMAN, Ryan. International Human Rights in Context: Law, Politics, Morals. 3ª Edição, OUP UK, 2008. KOSKENNIEMI, Martti. International Law in Europe: Between Tradition and Renewal. European Journal of International Law 16, no. 1: 113–24. https://doi.org/10.1093/ejil/chi105 .